



Online

Ministério Público detecta caos em tribunal de Lisboa

por Inês Cardoso, Publicado em 19 de Novembro de 20

Inspeção na Pequena Instância Criminal revela taxa elevada de prescrições e multas por cobrar

Prescrições, processos encaixotados e parados longos anos sem qualquer controlo, falta de meios, de organização e de uniformidade de procedimentos. O retrato do Tribunal de Pequena Instância Criminal (TPIC) de Lisboa, tirado no âmbito de uma inspeção aos serviços do Ministério Público, não podia ser pior. O tribunal "não presta um serviço positivo à comunidade", com a morosidade e ineficácia cria-se um sentimento de "impunidade" e o Estado perde receita: é no TPIC que entram os recursos relativos a multas, com o trânsito e as finanças a representarem a maior fatia.

Concluído em Junho, o relatório da inspeção foi enviado ao Ministério da Justiça, para adoptar eventuais medidas. Situações consideradas anómalas foram comunicadas à Direcção-Geral da Administração da Justiça, tendo sido abertos processos disciplinares. Em Julho iniciou-se uma outra inspeção do Conselho de Oficiais de Justiça, na sequência da qual também já foi instaurado "pelo menos um inquérito disciplinar", confirmou ao *i* o vice-presidente do organismo, Jorge Almeida Esteves.

Inicialmente destinada a averiguar por que razão não se realizam mais julgamentos sumários, a inspeção acabou por encontrar problemas de fundo que suscitaram sugestões "para além do âmbito funcional do Ministério Público (MP)". Criar uma estrutura provisória de funcionários é uma das propostas apontadas para recuperar "dos muitos e diversificados atrasos". O inspector Alípio Ribeiro sustenta ainda ser necessário um sistema de controlo que inclua as datas de prescrição dos processos e um reforço da articulação entre os órgãos de polícia criminal e o MP, particularmente em "operações mediáticas das quais resulta um número significativo de detenções para julgamento em processo sumário". Face a um volume anual de cerca de 64 mil inquéritos, a entrada de apenas 341 a 690 processos sumaríssimos por ano revela-se irrisória. "Continua a ser difícil de compreender que, tantos anos depois de ter sido criado este instituto, a sua aplicação não se concretize de um modo muito mais significativo", conclui o inspector.

Também os processos sumários que terminam em sentença, sem serem desviados para a forma comum, não vão além de 212 a 300 anuais por secção. As causas começam na falta de recursos humanos: "O volume de expediente apresentado no TPIC de Lisboa não é compatível com a existência de apenas um juiz de serviço por dia". E continuam em aspectos como a "diversidade de critérios processuais" dos magistrados - alguns prosseguem julgamento mesmo à falta de elementos como o registo criminal, enquanto outros não. Uma falta de uniformidade que "não pode deixar de gerar perplexidade". Também aos órgãos de polícia são apontadas falhas, tanto devido a "insuficiências" nos relatos dos autos como na falta de orientações de intervenção comuns.

Quanto a multas pendentes e dívidas por cobrar, a análise de processos por amostragem detectou inúmeros casos de penhoras não concretizadas ou cálculos que ficaram por fazer, sem que se consiga explicar porquê. A inspeção detectou inquéritos pendentes desde 1998 e verificou não existir "um conjunto definido de procedimentos, nomeadamente de secretaria, que permitam a sua gestão funcional".

Jorge Esteves concorda que o TPIC de Lisboa tem um problema grave de "dezenas de milhares de processos pendentes", o que contribui para prolongar a inspeção em curso, que dificilmente ficará concluída antes de Dezembro.